

# Professor Carlos Roberto Jamil Cury e a questão da formação docente

*Nedison Faria\**

A entrevista que segue foi concedida pelo professor Carlos Roberto Jamil Cury ao professor Nedison Faria, em 1994, na época professor do Centro de Educação da UFSM, e faz parte de um conjunto de oito entrevistas realizadas em função da tese de Doutorado em Educação, defendida e aprovada em junho de 1995, na Faced/Ufrgs. No capítulo 2 da tese, “Categorias emergentes sobre o desencanto do professor”, foi trabalhado o desencanto do professor a partir do conteúdo das entrevistas realizadas com educadores, que fizeram suas avaliações seguindo uma lógica argumentativa própria. Como essa questão permanece em evidência, procura-se, com a entrevista do professor Cury, socializar as argumentações.

Ao optar pela utilização de entrevistas, levamos em consideração o potencial des-

se tipo de fonte de pesquisa, mesmo sendo uma das técnicas “mais dispendiosas, especialmente pelo tempo e pela qualificação exigidos do entrevistador. Quanto mais preparado ele estiver, quanto mais informado sobre o tema em estudo e o tipo de informante que irá abordar, maior será, certamente, o proveito obtido com a entrevista.” (Lüdke, e André, 1986, p.38) A riqueza das entrevistas, acredita-se, poderá ser compartilhada por todos aqueles que buscam nessas fontes subsídios para o estudo da crise da educação.

As entrevistas realizadas foram orientadas por uma questão básica: a pertinência da temática do desencanto do professor, os fatores que estão implicados e indicadores de superação, constituindo os conteúdos que queríamos investigar, construindo/reconstruindo a fundamentação

---

\* Professor e pesquisador do Mestrado em Educação da UPF. Email nedison@upf.tche.br

teórica. Esse fazer científico exigiu-nos a crítica reflexiva das técnicas e dos procedimentos, registrando contradições e diferenças. Em lugar da certeza, dos conhecimentos prontos, fechados, visamos à constante e necessária busca de novos conhecimentos, o que nos exigiu uma postura de inserção no projeto e na ação de pesquisar, rompendo com o mito da ciência neutra, sobre a qual Japiassu (1975) amplamente argumenta.

Ao revisar a literatura sobre os instrumentos de pesquisa, encontramos na entrevista, segundo Lüdke e André (1986, p. 34), a oportunidade de permeá-la com relações de “interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas (ou semi-estruturadas, como é o nosso caso), nas quais não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que detém e que, no fundo, são a verdadeira razão da entrevista. À medida que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica.

Inspiramo-nos em Berger (1974, p.215) para favorecer esse clima de descontração na realização das entrevistas, pois o autor afirma que, “numa comunicação descontraída, os entrevistados tendem a uma franqueza maior nas suas respostas.” Essas relações comunicativas oportunizam uma interação mais estreita com todos os entrevistados, que, segundo Berger (p. 245), “supõe que os entrevistados possam expor, de modo preponderantemente verbal, suas concepções sobre determinados

temas e que se pode obter informações sobre a consciência social, (...), através de indicações verbais,...), fazendo com que nas entrevistas construíssemos uma forma de diálogo intensivo.”

**Nedison** - A questão do desencanto do professor traz uma inquietação que vem de longa data e, a partir de nossa experiência como educador, ao longo destas últimas três décadas, nos instiga, nesse momento, a uma análise sobre o desencanto para com o profissional nas esferas social, econômica, política, cultural e ideológica. À medida que se constata o problema do desencanto do professor tanto na literatura sobre a temática quanto na observação do fenômeno junto aos colegas, nas mais variadas formas, mais a questão se torna pertinente e significativa ao nosso olhar. Considera-se que uma estratégia interessante da pesquisa para a tese de doutorado foi a de entrevistar educadores brasileiros que contribuíram de forma diferenciada para o desenvolvimento da educação brasileira. Tomando essas entrevistas como instrumento de pesquisa, foi possível, a partir da análise e da discussão, explicitar questões e problemas panorâmicos sobre a realidade da educação brasileira, as práticas dos professores, bem como das teorias educacionais que inspiraram essa educação. Constata-se que todos esses pontos têm, a seu modo, participação na produção do desencanto que se abate sobre o profissional docente hoje. Professor Cury, o senhor acredita ser o desencanto pela profissão docente um dos componentes da atual crise da educação?

**Cury** – A questão da existência ou não da apatia, do desencanto do professor é relativa ao corpo docente. Eu, que conheço todas as universidades federais, acho que é uma situação verdadeira, mas é fenomênica. O fenômeno revela algumas coisas e oculta outras. Eu acho que podemos opinar um pouco sobre essa linha: o que está sendo revelado e o que está sendo ocultado. O que cai à vista, e provavelmente outros colegas vão responder mais ou menos na mesma linha, é a questão dos incentivos salariais, pelos quais, sobretudo aqueles que estão nos primeiros graus da carreira, os auxiliares e os assistentes, se sentem relativamente desmotivados a perseguirem os degraus superiores, o doutorado, por exemplo, e, posteriormente, a titularidade. Isso me parece que é um dado muito evidente que há anos tem sido batucado e que tem um critério para ser medido, que é o número de greves. Basta ver que a categoria - greve - já está fazendo parte do calendário escolar, já é sistemática. Eu acho que esse é o primeiro dado. O professor de universidade não tem um reconhecimento do seu esforço, da sua qualificação, um mérito do seu trabalho: a transmissão de conhecimento. Agora, a questão salarial é, de fato, a questão mais evidente. Em contrapartida, é de não esquecer que, desde a época do decreto de Rubens Ludwig, houve essa progressão, por assim dizer, semi-automática, em que o auxiliar pode tornar-se assistente sem ser mestre e, quem sabe, um assistente pode ser adjunto sem ser doutor. Então, a rigor, nós temos uma carreira que é adjetivada de auxiliar,

assistente e adjunto e, até mesmo, titular sem qualificação docente, e temos, de outro lado, uma carreira como administração docente, porque acaba comportando uma série de paradoxos. Faz-se uma carreira bem mais estruturada, como é o caso das estaduais paulistas. Então, nós temos, de um lado, do ponto de vista salarial, evidentemente, o desânimo, e, de outro, você tem o que mais recentemente o governo colocou, os incentivos mais polpudos para quem tem a qualificação realizada. Mas, ao mesmo tempo, você tem um certo incentivo ao que eu chamo de “carreira-táxi”: quanto mais anda, mais sobe pelo tempo. O outro elemento que considero importante é a situação da descontinuidade. A universidade pública federal, ainda que tenha conseguido colocar a comunidade científica no CNPq, na Capes em outros órgãos técnicos de administração e de recursos, etc., ainda que haja associações científicas do mais alto nível, como a cúpula do SBPC, nós não temos conseguido uma política educacional para o ensino superior que seja uma política contínua. O que nós temos é uma descontinuidade de programas, de planos de governo, a qual só tem uma exceção e, ainda assim, com todos os recheios dessa política econômica que afeta as áreas sociais, que é a pós-graduação. A pós-graduação talvez seja a única área que tenha sido apossada pela comunidade científica; com isso, aposando-se, conseguiu preservá-la. Então, existe a possibilidade da continuidade, mas, para a graduação, a situação é lamentável. Se você tomar como referência a lei 5 540, não se tem a continuidade

de de uma política coerente para a comunidade científica, que possa dar o mínimo de coerência, de adequação a objetivos que não fiquem à mercê da oscilação do último mandante federal. De de um lado, na graduação, tem isso que ajuda a entender a apatia, o desânimo dos professores, ora isso, ora aquilo, quer dizer, qual é a situação geral? É cair na rotina, cair numa situação de deixar o mínimo. Porque é assim mesmo, e vem um outro e modifica tudo, e assim por diante. Por outro lado, nós temos a pós-graduação, onde a presença de uma avaliação permanente, a presença de uma comunidade científica é atuante, apossando-se de cargos importantes, sem que haja uma continuidade na pós-graduação, e ela dê os frutos que tem dado. Ainda, eu creio que não é de somenos importância considerar também como um elemento da apatia, do desencanto, uma espécie de populismo vigente nas indicações de dirigentes universitários. Isso tem levado a situação realmente confusa. De um lado, se tem ainda a lei 5 540 em vigor, com as regras pelas quais ainda se tem eleições de dirigentes; de outro lado, se tem a lei maior, a Constituição Federal, que é, desse ponto de vista, omissa. Então, espera-se que a LDB venha a corrigir o que estamos vivendo ainda em duas barcas: uma que é legal, trazida pela lei 5 540, e a outra que é por essa barafunda de indicações, que em cada instituição ocorre de um jeito. Tem reitores que foram eleitos sem a devida qualificação ou, mesmo, a legitimidade maior que deveria partir do corpo docente. Eu acho que isso pode trazer um

certo sentimento de apatia, de desencanto com relação aos rumos internos da universidade. Portanto, trata-se de questões que têm a ver com a face interna, na medida em que os compromissos são de campanha e precisam ser cumpridos, tal como bandejão, residência universitária e outras coisas. É óbvio que, com os cargos de confiança (CC) que as universidades federais possuem, não podem investir, ao mesmo tempo, em bandejão, em residência universitária e condução *versus* biblioteca universitária, atualização de periódicos, pois, às vezes, nem têm recursos para esse tipo de coisa. Finalmente, eu diria que ainda há uma face interna, que é, de certo modo, uma necessidade de se repensar a lei 5 540. Estamos já com ela há quase três décadas, muita coisa mudou. Então, os professores não têm tido a oportunidade de discutir coisas importantes, como o sistema de créditos, o sistema de departamentos, matrículas por disciplina, enfim, toda a estruturação da lei 5 540, uma vez que, realmente, ela merece que se dê uma continuidade e que tenha uma continuidade. Agora, há um dado de conjuntura muito importante para isso, que foram os boatos na época de Collor, que foram mais do que boatos, querendo conduzir não apenas à privatização de custos da universidade, mas também essas ameaças de fim de aposentadoria, o que levou boa parte de docentes a serem tomados por uma espécie de "síndrome de aposentadoria". Então se aposentaram rapidamente, sem que houvesse a possibilidade de uma transição sociobiológica ou cultural-biológica, onde os pro-

fessores novos fossem lentamente substituindo os que se aposentaram. Agora, pode ser que não esteja aparecendo, ou esteja, e nós não tenhamos condições de visualizar de uma maneira mais clara. Há fatores externos que são muito evidentes, são muito mais certos: é a questão salarial; é a questão da aposentadoria precoce; é a questão da carreira tumultuada ou, pelo menos, todas essas circunstâncias que envolvem a carreira, a titulação, o mérito *versus* tempo de serviço, todo esse tipo de coisa. Entretanto, eu penso que nós deveríamos, ao lado disso, do enfrentamento dessas questões, fazer uma autocrítica muito profunda, porque um dos fios condutores da apatia, do desencantamento pela docência é o corporativismo que tomou conta da universidade. Isso na medida em que os nossos pleitos praticamente ficam restritos a melhorias salariais, com greves em torno disso; na medida em que os nossos pleitos ficam centrados numa espécie de uma falsa república federativa das universidades, no caso de eleições de dirigentes e no caso de outros órgãos de administração da universidade. Eu creio que isso tem conduzido a uma certa apatia, a um certo desencanto pela profissão docente. O corporativismo, de certo modo, à medida que se instala, torna-se um pouco instintivo, ele conduz a um determinado objetivo. Eu não quero, com isso, desqualificar corporativismo, mesmo porque ele tem objetivos e finalidades que são extremamente adequados para que dê conta e responda a isso. Mas quando isso passa para o campus universitário, que deveria ficar afeito ao

mérito, à qualificação, ao título e à própria recompensa, isso tem trazido uma certa acomodação. A coisa não anda e eu não vejo que, para a minha produção, haja reconhecimento. De um lado, se os segmentos, sobretudo de funcionários e professores, têm sido tomados por um alto corporativismo, não há dúvida de que a universidade também. Até hoje, ela continua com todos esses percalços extremamente burocratizados, o que dificulta o andamento das coisas. Dificulta as iniciativas tendentes a melhorar a própria situação. E então, eu diria que nós teríamos que enfrentar, especificamente, a questão de um certo corporativismo, que terá, provavelmente, exacerbado o seu campo, o seu limite, e, de outro lado, revermos a questão da autonomia universitária em face do burocratismo, quem sabe, como um modo de oxigenar, de rever, de criticar a instituição universidade.

**Nedison** – Gostaria de uma avaliação sua sobre a questão dos princípios e da fundamentação teórica para o profissional docente. Na medida em que há um certo desleixo, uma certa acomodação, somente alguns continuarão se aperfeiçoando, independentemente de serem valorizados ou não. Será a qualificação um dos elementos que está entrevendo um processo mais qualitativo?

**Cury** - O que eu posso dizer a você é que os programas de pós-graduação, sobretudo, têm dado uma resposta diferenciada a esse respeito. Agora, com a proposta de abertura de concursos, eu acho que a pós-graduação está cumprindo a

sua tarefa na medida em que estamos vendo, pelo menos na área da educação, que há umas cabeças jovens. Eu acho que isso é uma coisa boa. Se, de um lado, as aposentadorias foram nefastas na medida em que houve uma autodegola em massa, alguns postos estão sendo preenchidos, e esse preenchimento, no meu modo de ver, é positivo em parte, o que revela que a pós-graduação está cumprindo a sua tarefa, o que é significativo, e importante. De outro lado, aí é que entra uma espécie de apatia, um certo esmorecimento, um certo desânimo intelectual, com pessoas que não se qualificam e ainda continuam seguindo a qualificação por tempo de serviço. Mas a questão da agressividade, em relação à titulação, ainda é baixa, tem razões para isso. Os professores estão penalizados, na medida em que, perdendo tantos colegas, se viram obrigados a preencher uma carga burocrática violentíssima no interior da universidade, com um número de aulas e de tarefas que eles continuaram. Como dar conta de tudo e, ainda assim, fazer um doutorado decente? Então, eu acho que chega um certo momento em que as pessoas começam a cansar, a esmorecer e, com isso, a cidadania acadêmica, que é dada pelo doutorado, vai se distanciando, quando nós poderíamos ser doutores no máximo com 35 anos, e nós temos doutores hoje na faixa dos 40, 40 e poucos anos. Não é uma faixa, na média, interessante. Um doutor hoje teria que ter um título, no máximo, com 35 anos. Então, isso vai, de certo modo, distanciando etapas de qualificação. E, com isso, vamos di-

zer assim, acabam não se criando novas lideranças acadêmicas. Nesse processo, nós perdemos algumas lideranças acadêmicas com as aposentadorias que não foram repostas, outras que necessitavam de um pouco de mais tempo de convivência para que essas lideranças acadêmicas também significassem uma espécie de moto, uma espécie de atração para as novas gerações de docentes. Essa história da universidade está me preocupando demais. Essa questão que você levantou da apatia, do desencanto pela docência, a gente pode responder genericamente. Você vai ver que, em determinadas áreas, são mais complexas, por exemplo, na área do direito. Qualquer garotão formado na faculdade de direito que se empregue, ainda que em entidades públicas, acaba ganhando mais do que seus professores que acabaram de lhe atribuir o diploma. Então, como é que você vai fazer, por exemplo, para reter na faculdade de direito pessoas que não queiram estar ali apenas por razões de prestígio. É uma discussão da lei 5540 em relação a 20 horas, a 40 horas semanais de trabalho. Como fica isso? Precisa ser discutido, inclusive de uma forma setORIZADA, nessas áreas que são assim mesmo. Um professor de direito diz: "Olha, eu continuo na faculdade desde que seja por 20 horas, porque sou herdeiro rico e posso me dar ao luxo do *Dr*". Para nós, das ciências humanas, ter um *Dr* é uma necessidade diferente do que em outras áreas. Ou então ele diz: "Bem, se você levar a ferro e fogo essa questão do tempo de serviço, do *Dr*, dos concursos, você não abre para o vínculo de 20 ho-

ras e então você acaba perdendo profissionais dessa área". Assim é com o médico, com o engenheiro, com o veterinário. Essa pergunta proposta precisaria ser matizada de acordo com as áreas do conhecimento, e acabam ganhando respostas específicas. Com isso, você poderá ter um tipo de apatia, um tipo de desencanto diferente. O desencantamento com a profissão docente às vezes se recobre de uns dados que é um autêntico descompromisso; noutros casos, talvez se recobre até de uma postura positiva, quer dizer, não dá mais para fazer isso porque bateu no teto, mas se tivesse... Eu acho que o desencanto pela docência pode ser visto também não só como uma forma de acomodação; pode ser que, em uma ou outra área, numa ou noutra circunstância, ela possa, ainda que de um modo muito formatado, bem formatado, parecer uma modalidade de resistência. O nosso nível salarial é coisa ridícula. Isso me parece que é um campo absolutamente conseqüente

para as associações, lugar onde o corporativismo é legítimo. Mas eu não sou totalmente pessimista, especialmente quanto à qualificação docente, caso haja uma continuidade nos programas de pós-graduação. É claro que se tem de introduzir o sistema de avaliação, de qualificação; nisso, as universidades estaduais são líderes, elas estão tendo um grande pioneirismo. Elas só aceitam doutores, que, no nosso caso das federais, nem é possível fazer: a USP e a Unicamp não aceitam para ingresso na carreira nem como assistente, porque lá tem doutor-assistente. Nós não podemos fazer isso; para nós, o mestrado ainda é uma conquista.

### Referências bibliográficas

- BERGER, Hartwing. *O dilema da entrevista de pesquisa*. Trad. Faced/Ufrgs, 1974.
- JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.